Olá, pessoal, tudo bem?!

De início, muito obrigado pelo seu tempo e interesse neste material que estou disponibilizando.

Caso ainda não me conheça, meu nome é **Fabrício Rêgo**, sou professor de regimento e legislações especiais no Estratégia Concursos, incluindo o regimento interno TST. Sou bacharel em Dreito e exerço o cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal no TJDFT, já tendo passado antes pelo Supremo Tribunal Federal (AJAJ) e ANAC. O meu foco de estudos sempre foi tribunais, o que me deu uma bagagem grande de macetes sobre o estudo de leis especiais para concurso.

O nosso assunto aqui é: **REGIMENTO INTERNO TST, O QUE CAIU NAS PROVAS ANTERIORES?** Com a iminente saída do concurso TST, vamos analisar essa matéria tão importante para a sua aprovação, a qual pode ser o divisor de águas entre estar ou não na lista de aprovados.

Muita gente esnoba o conteúdo de regimento, deixa pra estudar em cima da hora, atitude que eu desaconselho veementemente. E não digo isso porque sou professor da matéria, mas sim porque já bati com a porta na cara de vários concursos por ter deixado de lado. Quando resolvi dar a atenção devida, fui aprovado no STF e no TJDFT.

Se quiser umas dicas rápidas de como estudar sozinho regimento e leis, assista ao meu vídeo abaixo, mas lembre-se de voltar para entender melhor sobre o regimento interno TST nos concursos anteriores.

Vídeo Como estudar regimentos e leis para concursos: https://www.youtube.com/watch?v=GEq97YxIsmo&t=1s

Continuando, eu fiz uma análise qualitativa das questões de provas da matéria dos concursos de 2008 (CESPE) e 2012 (FCC), analisando os dispositivos que foram cobrados. Com base nessa análise, é possível traçar um panorama dos dispositivos que mais foram cobrados, **o que poderá direcionar os seus estudos e te fazer ganhar um tempo enorme!**

Claro, é muito importante frisar que **não estou dizendo**, com isso, que você não deva estudar o regimento inteiro, acaso seja disposto assim no próximo edital, **mas sim onde poderá concentrar a maior parte de suas energias**.

Pois bem, para fazer essa análise, levei em conta não o número de questões, mas sim o de dispositivos que foram utilizados para elaborar uma questão, o que pode, com frequência, ter sido mais de um em cada.

Além disso, cada dispositivo repetido conta como um novo uso, de forma que chegamos aos dados que te apresento agora.

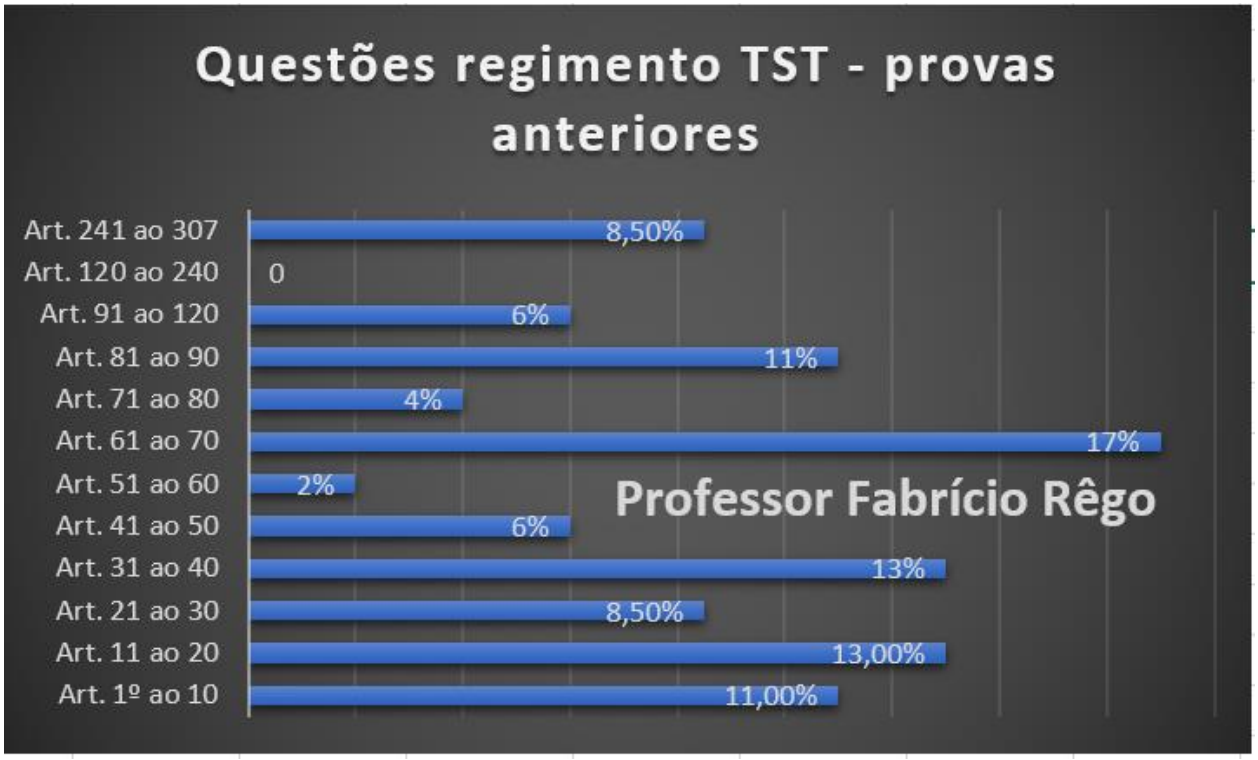
Em complemento, seguem as questões que me baseei para realizar a análise. Os meus alunos do curso de **Regimento do TST (com videoaulas)** já estão tendo acesso a este conteúdo e ainda mais: a indicação de cada dispositivo, com o respectivo comentário da questão. O curso terá videoaulas comentando as questões.

Caso queira conhecer os materiais, acesse gratuitamente a aula demonstrativa nos links abaixo.

Regimento TST (teórico): https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/regimento-interno-p-tst-todos-os-cargos-com-videoaulas-201702170202/

Mapas mentais TST: https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/mapas-mentais-para-tst/?pr=3445

Indo em frente, voltemos à nossa análise das questões. Confira no quadro abaixo:



Na lateral esquerda da figura nós temos os dispositivos do regimento interno TST, ao passo que no eixo horizontal temos a porcentagem de aparecimento deles nas provas anteriores. Por exemplo: o Art. 1º ao 10 do RITST apareceu em 11% das questões, o que é um índice alto.

E por aí vai...

Observe que, com essas informações acima, o seu estudo pode ser direcionado, sem perda de tempo, coisa que, sei bem, você não tem.

Caso queira conhecer os demais cursos com base no edital TST, veja o link abaixo:

https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/tst/

Por fim, só te peço um favor: compartilhe abertamente esse material com seus amigos e colegas de jornada e, caso tenha gostado, deixe o seu like na minha página no Facebook:

FACEBOOK DO PROFESSOR FABRÍCIO RÊGO: https://www.facebook.com/professorfabriciorego/

LISTA DE QUESTÕES

LISTA DE QUESTÕES – SEM COMENTÁRIOS

01 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Administrativa – 2012) O afastamento concedido ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a critério do Órgão Especial, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, poderá ser fundamentado:

a) Com a posse em cargos de direção em órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

b) Em requisição para afastamento para tratar de assuntos de interesse particular.

c) Com a participação em missão da Organização das Nações Unidas.

d) Em candidatura a cargo eletivo do Poder Legislativo.

e) Pela frequência em cursos, pelo prazo máximo de dois anos.

02 – (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Administrativa – 2012) Na data da sessão marcada para a eleição do Presidente do TST, um dos Ministros ficou impossibilitado de comparecer. Nesse caso, o Ministro ausente pode votar, desde que:

a) O voto seja pelo sistema aberto e ele o faça por qualquer meio de comunicação hábil.

b) Nomeie o Presidente do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.

c) Nomeie qualquer Ministro do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.

d) Registre esse ato em cartório.

e) Envie carta ao Presidente do TST, na qual anexará seu voto em invólucro à parte, fechado e rubricado.

03 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Administrativa – 2012) Presidir audiência de conciliação e instrução de dissídio coletivo de competência originária do TST compete:

a) Ao Presidente.

b) Ao Vice-Presidente.

c) Ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

d) A Ministro Presidente de Turma.

e) A qualquer Ministro do TST.

04 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Administrativa – 2012) O quórum para funcionamento do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos e da Seção de Dissídios Individuais plena é, respectivamente:

a) 14, 11, 8 e 5 Ministros.

b) 14, 11, 8 e 8 Ministros.

c) 11, 8, 8 e 11 Ministros.

d) 11, 11, 8 e 8 Ministros.

e) 14, 8, 5 e 11 Ministros.

05 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Administrativa – 2012) A deliberação referente à aprovação de Instruções Normativas é ato de competência do Tribunal Pleno e pertence à classe:

a) Dos atos regimentais.

b) Das emendas regimentais.

c) Dos regulamentos gerais.

d) Das resoluções.

e) Das resoluções administrativas.

06 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"No TST, apenas as seções especializadas processam e julgam, em grau originário, os mandados de segurança impetrados contra atos do próprio Tribunal ou de seus ministros."

07 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2012) Em razão da aposentadoria de três Ministros, houve a necessidade do preenchimento dessas vagas, destinadas aos Juízes de carreira da Magistratura do Trabalho. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) convocou o Pleno para, em voto secreto e em escrutínios sucessivos, escolher, dentre os Juízes de carreira, integrantes dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), três nomes para a formação da lista a ser encaminhada ao Presidente da República. O procedimento foi formalmente incorreto, uma vez que:

a) O voto deveria ser aberto.

b) A escolha não deveria se limitar a integrantes dos TRTs.

c) A seleção deveria ser em escrutínio único.

d) A lista deveria conter cinco nomes.

e) Não havia a necessidade de convocação do Pleno.

08 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2012) Depois de nomeado, o Ministro do TST deve ser empossado. Em um caso específico, a data da posse coincidiu com o período de férias coletivas dos Ministros. Nessa situação, a posse:

a) Não pode ocorrer, devendo ser adiada para o primeiro dia útil após as férias.

b) Pode ocorrer, desde que convocada sessão extraordinária do Pleno.

c) Não pode ocorrer, devendo ser adiada para a primeira sessão ordinária do Pleno após as férias.

d) Pode ocorrer, desde que o TST funcione em regime de plantão durante as férias.

e) Pode ocorrer, devendo o ato ser ratificado pelo Pleno.

09 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2012) O Tribunal Pleno pode determinar a aposentadoria ou disponibilidade de Ministro do TST, por motivo de interesse público, respeitados os seguintes requisitos:

a) Escrutínio secreto, voto da maioria absoluta dos membros do Pleno do TST e ampla defesa.

b) Escrutínio aberto, voto da maioria absoluta dos membros do Pleno do TST e ampla defesa.

c) O Ministro ter pelo menos 30 anos de serviço público, escrutínio secreto e voto da maioria relativa dos membros do Pleno do TST.

d) O Ministro ter pelo menos 30 anos de serviço público, escrutínio aberto e voto da maioria absoluta dos membros do Pleno do TST.

e) Escrutínio secreto, voto da maioria relativa dos membros do Pleno do TST e ampla defesa.

10 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2012) Publicar a Revista do TST, destinada à divulgação de trabalhos doutrinários e jurisprudenciais e ao registro dos atos públicos de interesse da Justiça do Trabalho, cabe:

a) Ao Órgão Especial.

b) À Comissão de Regimento.

c) Ao Tribunal Pleno.

d) À Comissão de Documentação.

e) À Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos.

11 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2012) Durante as férias dos Ministros, foi ajuizada uma ação cautelar. O processo foi distribuído a Ministro ocupante de cargo de direção, cuja jubilação compulsória ocorreria dali a noventa dias. Essa distribuição foi falha, uma vez que:

a) Ocorreu nas férias dos Ministros.

b) Não é possível a distribuição de processos a Ministro nos noventa dias que antecedem sua jubilação compulsória.

c) Não é feita distribuição a Ministro ocupante de cargo de direção.

d) Ação cautelar só pode ser distribuída ao Presidente do TST.

e) Ação cautelar deve ser distribuída a Presidente de Turma.

12 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2012) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante, e é integrado pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, membros natos. Compõem também o Conselho:

a) Cinco ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e cinco presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, cada um deles representando uma das cinco Regiões geográficas do País.

b) Quatro ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e por 27 presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, um de cada um dos 26 Estados da Federação e outro do Distrito Federal.

c) Três ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e cinco presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, cada um deles representando uma das cinco Regiões geográficas do País.

d) Três ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e apenas dois presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho.

e) Cinco ministros eleitos pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho e dois presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho.

13 - (FCC- TST- Analista Judiciário – Medicina do Trabalho – 2012) Na data da sessão marcada para a eleição do Presidente do TST, um dos Ministros ficou impossibilitado de comparecer. Nesse caso, o Ministro ausente pode votar, desde que:

a) O voto seja pelo sistema aberto e ele o faça por qual- quer meio de comunicação hábil.

b) Nomeie o Presidente do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.

c) Nomeie qualquer Ministro do TST seu procurador, com poderes para realizar esse ato.

d) Registre esse ato em cartório.

e) Envie carta ao Presidente do TST, na qual anexará seu voto em invólucro à parte, fechado e rubricado.

14 - (FCC- TST- Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2012) Um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) requereu licença para o período de 2 a 10 de agosto de 2011. Em 4 de agosto do mesmo ano ele proferiu decisão em um processo. Esse ato pode ser considerado

a) Irregular, pois em nenhuma hipótese um Ministro licenciado pode proferir decisão.

b) Irregular, pois, obrigatoriamente, deveria ter reassumido o cargo para tanto.

c) Regular, se não houver contraindicação médica, desde que tenha havido pedido de vista antes da licença.

d) Regular, se não houver contraindicação médica, pois um Ministro licenciado pode proferir decisão em qualquer situação.

e) Regular, se não houver contraindicação médica, desde que os demais Ministros concordem de forma expressa.

15 - (FCC- TST- Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2012) Durante o período de férias, o Presidente do TST poderá convocar, se urgente, sessão extraordinária, com antecedência de:

a) 48 horas, para julgamento de ação de dissídio coletivo.

b) 48 horas, para julgamento de ação de dissídio individual.

c) 72 horas, para julgamento de mandado de segurança.

d) 72 horas, para julgamento de ação declaratória alusiva à greve.

e) 72 horas, para julgamento de recurso de revista.

16 - (FCC- TST- Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2012) A determinação de inclusão em pauta de julgamento de agravo regimental ao Órgão Especial contra decisão do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho compete:

a) Ao Presidente do TST.

b) Ao Vice-Presidente do TST.

c) A qualquer Ministro do TST.

d) Ao Ministro Presidente de Turma do TST.

e) Ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

17 - (FCC- TST- Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2012) Requer quórum de dois terços dos votos dos Ministros do Órgão Especial a:

a) Aprovação de emenda regimental.

b) Deliberação preliminar acerca de proposta de edição de súmula.

c) Eleição dos Ministros para cargos de direção do TST.

d) Aprovação, revisão e cancelamento de precedente normativo.

e) Declaração de inconstitucionalidade de lei.

18 - (FCC- TST- Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2012) O Pleno do TST editou emenda regimental para acrescentar dispositivo ao Regimento Interno. Esse ato pode ser considerado formalmente INCORRETO, uma vez que a:

a) Competência para sua edição é do Presidente do TST.

b) Competência para sua edição é do Órgão Especial do TST.

c) Alteração deveria ter sido realizada por resolução administrativa.

d) Alteração deveria ter sido realizada por ato regimental.

e) Alteração deveria ter sido realizada por resolução.

19 - (FCC- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2012) Um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) requereu licença para o período de 2 a 10 de agosto de 2011. Em 4 de agosto do mesmo ano ele proferiu decisão em um processo. Esse ato pode ser considerado:

a) Irregular, pois em nenhuma hipótese um Ministro licenciado pode proferir decisão.

b) Irregular, pois, obrigatoriamente, deveria ter reassumido o cargo para tanto.

c) Regular, se não houver contraindicação médica, desde que tenha havido pedido de vista antes da licença.

d) Regular, se não houver contraindicação médica, pois um Ministro licenciado pode proferir decisão em qualquer situação.

e) Regular, se não houver contraindicação médica, des- que os demais Ministros concordem de forma expressa.

20 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008)

Substituem o presidente do TST, nas suas ausências, pela ordem, o vice-presidente do TST, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho e os demais ministros desse tribunal, a partir do mais antigo para o mais moderno.

21 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008)
Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"Na hipótese de desobediência a ordem emanada do TST ou de seus ministros, no exercício da função, ou desacato ao TST ou a seus ministros, o presidente desse tribunal comunicará o fato ao órgão competente do Ministério Público, provendo-o dos elementos de que dispuser para a propositura da ação penal."

22 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008)
Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"As turmas do TST apreciam, em grau de recurso, os recursos de revista contra os acórdãos dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), assim como os embargos de divergência opostos às decisões de seus ministros, no exame monocrático das revistas."

23 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"Nas sessões judiciais do pleno do TST ou de seus órgãos fracionários, o representante do Ministério Público do Trabalho tem assento à mesa principal, ao lado direito do presidente do órgão."

24 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"Os processos, no TST, são distribuídos somente após o parecer do membro do Ministério Público do Trabalho, mesmo quando os autos tenham sido remetidos para que se declare não haver interesse público."

25 – (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"A direção do TST é integrada pelo presidente e pelo vice-presidente desse tribunal, além do corregedor-geral da Justiça do Trabalho."

26 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"Há, no TST, quatro comissões permanentes: a de Regimento Interno, a de Jurisprudência e Precedentes Normativos, a de Documentação e a de Tecnologia da Informação."

27 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"O julgamento de mandados de segurança coletivos ou de recursos em mandados de segurança coletivos compete à Seção de Dissídios Coletivos do TST."

28 - (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"O julgamento dos mandados de segurança de natureza individual é da competência originária das turmas do TST."

29- (CESPE- TST- Técnico Judiciário – Segurança Judiciária – 2008) Com base no regimento interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir.

"Compete ao ministro sorteado relator decidir sobre o pedido de suspensão de segurança concedida por tribunal regional do trabalho."

30 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"A antiguidade dos ministros do TST, para efeitos legais e regimentais, é regulada: pela data da posse; pela data da nomeação; pelo tempo de investidura na magistratura da Justiça do Trabalho; pelo tempo de serviço público federal; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios."

31 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"O corregedor-geral e o ouvidor-geral da Justiça do Trabalho exercem cargos de direção do TST, sendo nomeados pelo presidente desse Tribunal, após aprovação do Senado Federal."

32 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Os ministros do TST receberão o tratamento de Excelência e usarão, nas sessões, as vestes correspondentes ao modelo aprovado. Após aposentadoria, os ministros do TST conservarão o título e as honras correspondentes ao cargo, salvo no exercício de atividade profissional."

33 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"O corregedor-geral da Justiça do Trabalho não concorre à distribuição de processos, embora, quando não estiver ausente em função corregedora, participe, com direito a voto, de sessões de órgãos judicantes do TST dos quais integre a composição."

34 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Durante o período de férias, o presidente do TST ou seu substituto poderá convocar, com antecedência de 24 horas, sessão extraordinária do órgão competente para julgamento de ações de dissídio coletivo, de mandado de segurança e de ação declaratória alusiva a greve que requeiram apreciação urgente."

35 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Os processos de competência originária e recursal do TST serão distribuídos por classe, na ordem cronológica de ingresso no Tribunal, observadas a competência e a composição dos órgãos judicantes, concorrendo ao sorteio todos os ministros do Tribunal, exceto os membros da direção e os presidentes das turmas."

36 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Competem exclusivamente às turmas do TST julgar, entre outros, os recursos de revista interpostos contra decisão em grau recursal dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), assim como os agravos de instrumento contra as decisões dos presidentes de TRT que deneguem seguimento a recurso de revista."

37 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Para atender a finalidades específicas, poderão ser instituídas, pelo Tribunal Pleno, comissões temporárias, que serão desconstituídas quando cumprido o fim a que se destinavam."

38 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"O Ministério Público do Trabalho (MPT) atua nas sessões do TST, representado por seu procurador-geral e por subprocurador-geral, que têm assento à direita do ministro-presidente do respectivo órgão julgador. Os procuradores regionais do MPT, mediante delegação do procurador-geral, podem apenas oficiar nos autos em que caiba ser exarado parecer pelo MPT."

39 - (CESPE- TST- Analista Judiciário – Área Judiciária – 2008) Julgue o item subsequente, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"Não são remetidos a parecer da Procuradoria-Geral do Trabalho os autos de processos oriundos de ações originárias nas quais essa Procuradoria for autora, nem aqueles de remessa facultativa pelo relator que versem sobre matéria pacificada na jurisprudência, ou para os quais seja exigida urgência no julgamento."

40 – (Inédita) Conforme o disposto no Regimento Interno do TST, existe um rol de competências do Presidente do Tribunal, dentre as assertivas abaixo, assinale a que não faz parte desse rol:

a) Encaminhar ao Presidente da República as listas para preenchimento de vaga de Ministro do Tribunal.

b) Submeter ao Tribunal de Contas da União, na forma da lei, a tomada de contas do Tribunal Superior do Trabalho.

c) Editar os atos indispensáveis à disciplina dos serviços e à polícia do Tribunal, determinando as providências atinentes ao resguardo da disciplina, da ordem e da integridade universal da Corte, na sede ou nas dependências, requisitando, quando necessário, o auxílio de outras autoridades.

d) Exercer o juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários;

e) Nomear, promover, demitir, exonerar e conceder aposentadoria a servidores do Tribunal, bem como pensão aos beneficiários de Ministro ou servidor.

GABARITO

Gabarito

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	E	B	E	D	E	D	E	A	D
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	C	E	C	A	E	B	D	C	C
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	E	C	E	C	E	E	E	E	C
31	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
E	C	C	E	E	C	C	E	C	D